

Raízes que brilham: tecendo caminhos entre a educação decolonial e a saúde mental no território

Camila Beatriz Pompeu de Miranda

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21136561>

Introdução: o chão de onde falo

Este trabalho nasce da articulação entre a atuação prática no campo da Atenção Primária à Saúde, os pressupostos da educação popular e a busca por uma Psicologia que faça sentido real nos territórios periféricos da região central do Rio de Janeiro. Reconhece-se que as subjetividades humanas não são instâncias isoladas, mas processos profundamente atravessados pela história, pelas disputas sociais e pelas marcas persistentes da colonialidade. Partindo da premissa de que a colonização não se encerrou com os marcos jurídicos de independência, mas permanece produzindo efeitos concretos nas condições de vida, nos processos de subjetivação e nas formas de sofrimento vividas por populações historicamente marginalizadas, este artigo objetiva analisar os pilares de uma educação decolonial tecida em consonância com práticas de cuidado em saúde mental infantojuvenil.

A materialização dessas reflexões críticas deu-se por meio do desenho do projeto "Raízes que Brilham", desenvolvido em parceria com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) situada na região central do Rio de Janeiro. A iniciativa foi idealizada e estruturada pela autora durante o exercício de suas atribuições como Agente Comunitária de Saúde (ACS), encontrando amparo técnico e institucional, junto da enfermeira de referência da equipe e de duas outras Agentes Comunitárias de Saúde. Essa articulação multiprofissional buscou impulsionar ações integradas de promoção da saúde mental infantil, amparando-se nos referenciais da educação popular e no fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. O projeto teve como foco um território marcado por uma ocupação residencial urbana caracterizada por severa vulnerabilidade socioeconômica, habitada por um contingente expressivo de crianças negras e indígenas, além da presença de famílias imigrantes no território. Por razões

éticas e em respeito à confidencialidade dos participantes, o território em questão e os sujeitos envolvidos não serão identificados nominalmente ao longo deste relato.

A presença dessas infâncias plurais orientou a escolha ética por uma modalidade de intervenção em saúde mental que recusa o reducionismo biomédico e a tendência contemporânea de patologização e medicalização da pobreza. Em vez de centralizar a assistência no diagnóstico nosológico ou no enquadramento de disfunções individuais, o projeto voltou-se para as condições concretas de existência das crianças, apostando na abertura de espaços coletivos de escuta qualificada, na afirmação positiva da identidade racial e cultural e no despertar do autoconhecimento compartilhado como estratégias contracoloniais de produção de saúde.

A herança colonial: o olhar que apaga e o saber que silencia

O saber ocidentalizado e hegemônico que alicerça as grandes instituições formadoras e os serviços de saúde e educação na modernidade é estruturado a partir de dois eixos centrais de exclusão e violência simbólica: o racismo e o sexismo epistêmico. Como nos adverte Enrique Dussel, antes da consolidação do célebre enunciado cartesiano "penso, logo existo", operou-se geopoliticamente o violento "conquisto, logo existo". A fundação do conhecimento moderno e científico não possui neutralidade; ela substitui a centralidade do Deus medieval pelo "Eu" europeu, imperial, branco e masculino, que passa a reivindicar para si a prerrogativa totalitária de enunciar a verdade a partir de uma localização abstrata, simulando ocupar o lugar daquilo que se convencionou denominar como os "olhos de Deus".

Nesse sentido, Ramón Grosfoguel aprofunda essa crítica essencial ao demonstrar que a suposta universalidade do conhecimento científico ocidentalizado está intrinsecamente amarrada à centralidade do "Eu" cartesiano como fundamento absoluto e inquestionável da verdade:

“A nova fundação do conhecimento produzida pelo cartesianismo não é mais o Deus cristão, mas o novo ‘Eu’. Embora Descartes nunca tenha definido quem é esse ‘Eu’, está claro em sua filosofia que o ‘Eu’ substitui Deus como a nova fundação do conhecimento (...), sendo entendido da mesma forma que a ‘neutralidade’ é equivalente à visão do ‘olho de Deus’” (Grosfoguel, 2016, p. 28).

Ao impor o padrão eurocêntrico como a única via de racionalidade válida, o projeto da modernidade colonial opera o epistemicídio. Conforme formulado por Sueli

Carneiro (2005), o epistemicídio consiste em um processo contínuo de negação da alteridade e de destituição da condição de sujeitos de conhecimento daqueles que pertencem a grupos historicamente oprimidos. O racismo epistêmico deslegitima, inferioriza e extingue sistematicamente as produções intelectuais, as cosmovisões e os saberes populares, ancestrais, indígenas e afrodiaspóricos, consolidando uma hegemonia que impede esses sujeitos de se reconhecerem como produtores de saberes válidos. No cenário nacional, esse mecanismo de aniquilação simbólica desdobra-se também naquilo que Wallace de Moraes conceitua como historicídio:

“Trata-se do historicídio. Essa categoria busca apontar que as histórias revolucionárias, insubmissas, insurgentes de negros, indígenas e anarquistas são apagadas, negligenciadas, invisibilizadas da História” (Moraes, 2020).

No cotidiano das instituições que permeiam as periferias, como as escolas e as Clínicas da Família, esses processos de apagamento e silenciamento tornam-se crônicos. A burocracia institucional frequentemente deslegitima as práticas tradicionais de cuidado e das trajetórias comunitárias de resistência. Observa-se uma persistente negação da beleza, da potência e da memória das narrativas periféricas, com impactos severos sobre a saúde mental e a autoimagem das crianças. Quando as referências estéticas e culturais negras e indígenas são invisibilizadas no ambiente escolar, ou quando os serviços de saúde falham em oferecer uma escuta sensível às singularidades territoriais, as crianças enfrentam dificuldades de pertencimento e reconhecimento positivo de si, gerando sofrimento ético-político e introjeção das violências coloniais.

Inspirações que alimentam a luta: Mãe Hilda e o movimento zapatista

A edificação de práticas destinadas a combater a colonialidade e diminuir o sofrimento psíquico infantojuvenil requer a sustentação teórica e metodológica em experiências históricas que converteram a produção de conhecimento em atos de libertação política e subjetiva. A Escola Mãe Hilda Jitolu, fundada no bairro da Liberdade, em Salvador, configura-se como um marco basilar nesta trajetória. Sediada no espaço sagrado e comunitário de um terreiro de Candomblé e vinculada ao bloco afro Ilê Aiyê, a escola antecipou e materializou as diretrizes de valorização histórica e cultural afrodiaspórica. Sua proposta pedagógica estrutura-se por meio do afeto, da valorização estética e da reconstrução da dignidade de crianças negras. Mãe Hilda Jitolu

compreendia que, para que uma criança submetida ao racismo estrutural possa aprender e se desenvolver de forma saudável, ela necessita, de forma precedente, amar a si mesma e reconhecer a potência de suas raízes ancestrais.

De maneira correlata, a experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, no México, oferece elementos teóricos para pensarmos os processos de autonomia e cuidado. A aproximação deste relato com a experiência zapatista não se deu pela reprodução mecânica de suas práticas organizativas ou de suas estruturas políticas específicas, mas sim pela apropriação de sua premissa fundamental: a de que a educação e as tecnologias de cuidado devem nascer das necessidades concretas e vivas do território. Assim como o sistema educativo autônomo zapatista (chanel) recusa os modelos universais impostos pelo Estado e se edifica a partir da realidade material e cosmológica das comunidades indígenas, o projeto "Raízes que Brilham" buscou valorizar os saberes produzidos no cotidiano do território. Em vez de adotar pacotes interventivos prontos ou cartilhas psicopedagógicas descontextualizadas, o planejamento pautou-se na escuta atenta das crianças, na colheita de suas memórias familiares e no mapeamento dos desafios psicossociais observados pela equipe de saúde da família.

A articulação com esses dois horizontes reside na compreensão de que a saúde mental infantojuvenil na Atenção Primária não pode ser apartada das dimensões comunitária, política e territorial. Assim como no zapatismo a soberania comunitária é indissociável da existência física e cultural dos povos, e, na pedagogia de Mãe Hilda, a valorização da identidade negra constitui o esteio para a afirmação subjetiva. O projeto aqui relatado assume que o bem-viver e o pertencimento cultural são determinantes sociais de saúde. O cuidado decolonial se faz, portanto, ao reconhecer a comunidade não apenas como destinatária passiva de ações de saúde, mas como produtora de conhecimentos essenciais para a sustentação da vida.

Metodologia e vivência do projeto “raízes que brilham”

A proposta do projeto surgiu a partir da observação recorrente de questões relacionadas à autoestima e ao pertencimento entre crianças acompanhadas pela equipe de saúde. Durante visitas domiciliares, atividades coletivas e interlocuções com instituições escolares do território, observavam-se manifestações de insegurança em relação à própria imagem, baixa autoestima, dificuldades de pertencimento, dificuldades

escolares e sentimentos de desvalorização. Esses aspectos evidenciaram a necessidade de uma intervenção voltada ao fortalecimento identitário e à promoção da saúde mental no território. O público participante foi composto por 13 crianças, sendo 9 meninas e 4 meninos. Entre elas, três se identificavam como indígenas e dez como negras, composição que dialoga diretamente com os objetivos de fortalecimento identitário e valorização étnico-racial propostos pela intervenção.

O projeto buscou transformar os referenciais teóricos discutidos neste trabalho em ações concretas de promoção da saúde mental no território. A iniciativa foi desenhada originalmente como uma intervenção longitudinal estruturada em um ciclo anual de encontros mensais direcionados às crianças residentes na ocupação acompanhada. Compreendida metodologicamente como um processo contínuo de cuidado, a proposta pressupõe que o manejo do sofrimento psíquico e a consolidação de referências identitárias positivas exigem a regularidade temporal para o fortalecimento de vínculos intersubjetivos. Embora o artigo concentre sua análise na experiência do encontro inaugural, optou-se por apresentar o desenho completo do projeto por compreender que ele expressa a lógica metodológica e os objetivos que orientaram sua construção. A tabela abaixo sintetiza o desenho metodológico integral planejado para os 12 meses do ciclo, explicitando os temas, os disparadores lúdico-pedagógicos e a fundamentação teórica de saúde mental decolonial que ampara cada etapa.

Mês	Tema do Encontro	Ferramentas e Disparadores	Articulação Teórica & Saúde Mental Decolonial
Agosto	Quem sou eu e de onde venho	Dinâmica do espelho, relatos autobiográficos e colagens com materiais diversos.	Enfrentamento à violência simbólica; fortalecimento da autoimagem e afirmação subjetiva no território.
Setembro	Emoções e Sentimentos	Uso mediador da obra O Monstro das Cores e dinâmica dos "potes das emoções".	Alfabetização emocional e externalização de afetos tensionados pela vulnerabilidade social.

Outubro	Cuidando do Corpo e da Mente	Atividade "O corpo fala" em papel pardo em escala real, música e expressão corporal.	Atenuação de processos de somatização; descolonização de corpos submetidos a contextos de hipervigilância.
Novembro	Orgulho da minha cor e das minhas raízes	Contação da história Menina Bonita do Laço de Fita e confecção de bonecos diversos.	Desconstrução do racismo estrutural internalizado; positivação da identidade étnico-racial.
Dezembro	Família, afetos e lembranças	Oralidade comunitária ("Minha avó contava") e confecção de caixas da memória.	Valorização da transmissão oral e da ancestralidade como tecnologias de suporte psicossocial.
Janeiro	Brincadeiras do passado e do presente	Oficina intergeracional de construção de brinquedos com materiais recicláveis.	Resgate de tecnologias populares de lazer e fomento à autonomia criativa não mercantilizada.
Fevereiro	Sonhos e planos para o futuro	Construção coletiva de um painel visual de desejos e aspirações futuras.	Descolonização do imaginário; direito à postulação de futuro para sujeitos confinados à sobrevivência imediata.
Março	Cuidado com o outro e empatia	Dramatizações teatrais de conflitos cotidianos e rodas de resolução de problemas.	Fortalecimento dos laços de solidariedade orgânica; tessitura dos territórios do comum.
Abril	Meu território, minha casa, meu lugar	Confecção coletiva de cartografia social e mapas afetivos da ocupação urbana.	Apropriação política do espaço habitado; identificação geográfica de locais de refúgio e de risco.

Maio	Animais e natureza como parte da gente	Contação de mitos cosmogônicos indígenas e africanos; confecção de máscaras simbólicas.	Reconexão ecológica e superação da fratura eurocêntrica que isola a subjetividade humana do meio natural.
Junho	Histórias emocionantes	Teatro de fantoches autoral construído pelas crianças focado na livre expressão imagética.	Sublimação estética e elaboração de vivências complexas através da atividade lúdica.
Julho	Celebração do Brilho e Continuidade	Exposição coletiva das produções e escrita de cartas destinadas ao próprio futuro.	Consolidação da memória coletiva da intervenção; rito de passagem e fechamento do ciclo.

Torna-se importante salientar que a execução do projeto enfrentou a realidade de um território complexo, distanciando-se de visões idealizadas sobre o fazer comunitário. A implementação das oficinas encontrou barreiras estruturais significativas decorrentes das múltiplas vulnerabilidades sociais que caracterizam a ocupação. A precariedade extrema das condições de habitabilidade marcada por moradias improvisadas, esgoto correndo a céu aberto e banheiros de uso compartilhado, aliada a quadros crônicos de insegurança alimentar, impunha uma urgência material que tensionava a sustentação de espaços de cunho expressivo ou reflexivo.

Ademais, a equipe de saúde da família deparou-se com desafios concernentes à adesão das famílias e à regularidade da participação das crianças. O cotidiano da comunidade era perpassado pelas restrições de mobilidade urbana provocadas pela violência armada, eventos que inviabilizavam a realização das atividades em diversas ocasiões e comprometiam a regularidade mensal pretendida. No tecido social local, identificou-se ainda a fragilização de vários núcleos familiares, com forte incidência de maternidade na adolescência, sofrimento psíquico grave em adultos cuidadores e situações decorrentes do uso problemático de substâncias psicoativas por parte de alguns responsáveis. Esses fatores reverberavam diretamente na dinâmica escolar: embora formalmente matriculadas na rede pública, muitas crianças apresentavam um histórico de infrequência e faltas sistemáticas, o que levava a instituição escolar a acionar rotineiramente a Unidade Básica de Saúde para a pactuação de estratégias de monitoramento e busca ativa.

Diante dessas contingências, delineia-se uma especificidade deste relato de experiência: a autora participou presencialmente e coordenou de forma direta a implementação do encontro inaugural do projeto, ocorrido em agosto de 2025. Os encontros subsequentes, embora detalhados no plano metodológico que guia a equipe, foram legados à sustentação e condução autônoma dos demais profissionais da Unidade Básica de Saúde, devido ao afastamento compulsório da autora de suas atividades em campo decorrente de um acidente de trabalho. Por conseguinte, a análise dos efeitos subjetivos colhidos concentra-se na experiência deste encontro inaugural, o qual operou como o marco de fundação e a base para a continuidade do projeto no território.

Análise da experiência: o encontro inaugural e a memória visual

A primeira reunião, intitulada "Quem sou eu e de onde venho", realizada em agosto de 2025, evidenciou a potência da clínica decolonial na Atenção Primária desde os seus momentos iniciais. Ao serem convidadas a se olharem de forma mútua e a enunciarem seus próprios nomes dentro de uma roda horizontalizada, as crianças apresentaram diferentes formas de participação, alternando momentos de timidez, curiosidade, brincadeiras e compartilhamento de experiências. Durante as atividades, observou-se que poucas crianças verbalizavam espontaneamente características positivas sobre si mesmas, o que reforçou a pertinência da proposta de fortalecimento identitário. Em uma das situações observadas, uma criança demonstrou resistência inicial à atividade por manifestar insatisfação com a própria aparência, aspecto que ilustra os desafios relacionados à autoestima identificados previamente pela equipe de saúde. Emergiram narrativas sobre suas composições domiciliares, referências a pessoas afetivamente significativas e gostos cotidianos. O uso do espelho como disparador subjetivo mostrou-se central: em um contexto no qual a autoimagem dessas infâncias é cotidianamente bombardeada por negações raciais, o ato de sustentar o próprio reflexo sob uma ótica de acolhimento gerou reposicionamentos visíveis.

Nas atividades de colagem, as crianças empenharam-se na produção de autorretratos utilizando cores, texturas e formas de maneira livre. O objetivo central da tarefa não residia na possibilidade de exteriorizar imagens de si mediadas por desejos, heranças culturais e afetos. Ao compartilharem as obras finais, traços de personalidade e marcas identitárias que costumeiramente não encontram canais de escoamento começaram a ser verbalizados pelas crianças.

Com o propósito de registrar esse processo e documentar a materialidade da experiência, foram preservados registros visuais do momento inaugural. As imagens ajudam a documentar a experiência relatada e a preservar a memória das atividades desenvolvidas:

Figura 1 – Primeiro encontro do projeto Raízes que Brilham



Legenda: Encontro inaugural do projeto realizado em parceria com a Unidade Básica de Saúde. A atividade reuniu crianças do território em uma roda de conversa voltada ao fortalecimento da autoestima, da identidade e dos vínculos comunitários.
Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 2 – Material de divulgação do projeto



Legenda: Cartaz utilizado para divulgação, mobilização e engajamento das crianças e famílias residentes no território da ocupação urbana.
Fonte: Acervo da autora (2025).

A presença dessas imagens cumpre a função de registrar o contexto do serviço de saúde, oferecendo elementos visuais que testemunham o início da ocupação cultural e do cuidado em saúde mental coletiva na comunidade, servindo como registro histórico da tecnologia social transferida para a equipe de saúde da unidade.

Articulação crítica: a psicologia da descolonização no SUS

A atuação de trabalhadoras da saúde enquanto educadoras populares e articuladoras do cuidado decolonial demonstra que a atenção psicossocial necessita romper com os limites assépticos dos consultórios tradicionais e das práticas clássicas de cunho estritamente individualizante. Em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas agudas e pelo racismo estrutural, a prevenção do sofrimento psíquico e a promoção da saúde mental acontecem no cotidiano das relações comunitárias, das visitas domiciliares, das ações coletivas e dos espaços de convivência construídos entre profissionais e moradores. Isso ocorre por meio da criação de espaços institucionais que

validem o direito à voz, à dignidade existencial e à reconfiguração das redes de apoio solidário desde a infância.

O projeto "Raízes que Brilham" evidencia que o cuidado em saúde mental não precisa aguardar a implantação de programas verticalizados ou a chegada de especialistas externos para se efetivar. A experiência relatada demonstrou que questões relacionadas à autoestima, ao pertencimento e à identidade podem emergir em espaços coletivos de escuta e expressão, permitindo que crianças frequentemente atravessadas por processos de desvalorização encontrem novas formas de reconhecimento de si e de suas histórias. Quando uma criança consegue olhar para sua história e para suas características raciais com orgulho e dignidade, opera-se uma quebra na lógica de desumanização imposta pelos eixos da colonialidade. Esse processo de fortalecimento subjetivo assume contornos nitidamente políticos, na medida em que disputa os sentidos de vida, de cidadania e de direito à saúde no âmbito da saúde coletiva.

Considerações finais: a colheita e o horizonte

A Psicologia da Descolonização, para manter o compromisso ético com as suas bases, não pode permanecer restrita ao campo teórico ou em práticas acadêmicas distantes das realidades sociais. Ela demanda a habitação do território: a rua, a ocupação, a roda e o cotidiano vivo das comunidades. A experiência coletada no projeto "Raízes que Brilham" demonstra de forma empírica que a saúde mental está ligada à dignidade cultural, ao resgate das memórias locais e ao direito de existir plenamente com uma história própria.

Reconhecer, valorizar e sustentar essas trajetórias em territórios vulnerabilizados constitui uma práxis de enfrentamento ao epistemicídio e ao historicídio que lucram com o apagamento dos sujeitos marginalizados. A experiência também evidencia o potencial da Atenção Primária à Saúde como espaço privilegiado para o desenvolvimento de estratégias comunitárias de promoção da saúde mental infantil, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais e processos históricos de exclusão. Espera-se que as vivências e o arcabouço metodológico gerados neste projeto sirvam como referências para outras práticas na rede básica, impulsionando ações autônomas e fortalecendo iniciativas territorializadas de cuidado, pertencimento e promoção da saúde mental.

Referências

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

ANTUNES, Joelma Cristina de Lima. Os cadernos de educação do Ilê Aiyê: o ensino da história e cultura afro-brasileira, entre práticas e princípios. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais...** Recife: ANPUH Brasil, 2019.

MORAES, W.; MOREL, A. P. Educação zapatista: cosmopolítica e autonomia. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UEDICFvJOMw&t=3155s>. Acesso em: 30 abr. 2026.

UMA crítica decolonial libertária: historicídio e as necrofilias colonialistas outrocidas. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidiao-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.